

LOPES, ILDEFONSO SIMÕES

*dep. fed. RS 1906-1908 e 1913-1919; min. Agric. 1919-1922; dep. fed. RS 1922-1930; rev. 1930.

Ildefonso Simões Lopes nasceu em Pelotas (RS) no dia 19 de novembro de 1866, filho dos viscondes da Graça — o coronel João Simões Lopes Filho, estancieiro, presidente da província do Rio Grande do Sul em 1871, e Zeferina Antônia da Luz Simões Lopes, sua segunda esposa. O nome Ildefonso lhe foi dado em homenagem ao tio, também chamado Ildefonso Simões Lopes, deputado geral do Império de 1869 a 1872. Foi o sétimo de dez irmãos, filhos do segundo matrimônio do pai, entre os quais se destacou também Augusto Simões Lopes (1880-1941), deputado pelo Rio Grande do Sul à Constituinte de 1934 e senador de 1935 a 1937. Dos filhos do primeiro matrimônio do visconde da Graça, destacou-se Ismael Simões Lopes, deputado estadual e jornalista.

Tendo sido alfabetizado em Pelotas, foi levado em 1873 para o Rio de Janeiro, então capital do Império, a fim de estudar no Colégio Abílio, dirigido pelo barão de Macaúbas. Fez os estudos preparatórios de 1879 a 1884, e em 1885 ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Aderiu em seu tempo de estudante ao abolicionismo e à causa republicana, embora fosse filho de um titular do Império. Foi um dos fundadores do Clube Abolicionista Rio-Grandense e, no dia 13 de maio de 1888, participou da organização de uma homenagem cívica à assinatura da Lei Áurea, a convite do engenheiro André Rebouças (um dos fundadores do Centro Abolicionista da Escola Politécnica). Participou também da fundação do Clube Republicano Rio-Grandense e do Centro Republicano da Escola Politécnica, encontrando-se na presidência de ambos por ocasião da proclamação da República.

Envolvido no movimento republicano, na noite de 14 para 15 de novembro de 1889 estabeleceu ligação com elementos da Escola Militar e convocou estudantes de medicina, farmácia e direito para participar da deposição do gabinete do visconde de Ouro Preto. Dirigiu-se então ao Campo de Santana, onde formou junto aos alunos da Escola Superior de Guerra até o momento em que a República foi proclamada. No dia 16, ajudou a formar e organizar o Batalhão Acadêmico, indo junto com seus companheiros tomar armas no Arsenal de Guerra e seguindo depois para o quartel-general, como integrante da guarnição de metralhadoras. Montou guarda ao Ministério da Guerra por alguns dias, e cerca de um

mês depois, no dia 18 de dezembro, participou da repressão ao motim dos soldados do 2º Regimento de Artilharia, em São Cristóvão, no Rio, caracterizado por alguns como um levante em defesa da restauração da monarquia.

Com a instalação do governo provisório, recusou várias propostas para exercer cargos públicos, algumas delas feitas diretamente pelo marechal Deodoro da Fonseca, seu amigo e mais tarde seu padrinho de casamento. Após diplomar-se engenheiro civil em março de 1890, seguiu para Minas Gerais, onde trabalhou na construção da Estrada de Ferro Sul-Mineira. Transferiu-se em seguida para São Paulo a fim de trabalhar na Estrada de Ferro Mojiana, linha de Ressaca a Santos. Como empreiteiro da Mojiana, introduziu em suas turmas o sistema de pagamento proporcional à produção apresentada por cada trabalhador, o que resultou em considerável aumento da produtividade. No final de 1891, casou-se com Clara de Sampaio, filha do desembargador Luís José de Sampaio, depois ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Em 1893, foi convidado para dirigir as obras públicas do estado do Rio de Janeiro, durante o governo de José Tomás da Porciúncula. Com a eclosão, em setembro desse ano, da Revolta da Armada contra o governo de Floriano Peixoto, ingressou no Batalhão Patriótico ao lado de Irineu Machado, Nilo Peçanha e Nicanor do Nascimento, e combateu em Niterói em defesa do governo federal.

Em 1895 retornou a Pelotas e assumiu o cargo de diretor-presidente da Companhia Hidráulica Pelotense, à frente da qual permaneceria até 1905. Promoveu reformas no serviço de abastecimento de água da cidade, usando pela primeira vez no Brasil um processo inglês para a desobstrução dos condutos. Seu retorno ao estado natal representou também seu ingresso na política partidária. Filiou-se ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), então presidido por Júlio de Castilhos, e em 1897 foi eleito deputado à Câmara estadual. Reeleito sucessivamente até 1904, participou nesse período de diversas comissões, contribuindo principalmente para a solução de problemas técnicos do estado.

Nas eleições de 1906, conquistou uma cadeira de deputado federal. Assumindo o mandato na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, destacou-se na bancada gaúcha por sua participação nas comissões de Agricultura e de Viação e Obras Públicas. Apresentou ainda projetos sobre siderurgia, legislação de minas e demarcação de fronteiras, além de elaborar e relatar os primeiros projetos sobre a importação de adubos minerais e a exploração do petróleo no país. Em 1908, foi convidado a ir ao Rio Grande do

Sul especialmente para presidir o I Congresso de Agricultura, realizado em Pelotas. Pouco antes do fim da legislatura, em dezembro de 1908, desentendeu-se com seu correligionário Barbosa Gonçalves em torno das eleições municipais pelotenses, o que concorreu para que não fosse reeleito.

Decidiu então abandonar a política e retornou a Pelotas em 1909. Estabeleceu-se com dois de seus irmãos na Estância da Graça, promovendo a cultura de arroz em larga escala com base em processos mecânicos e no emprego de adubos industriais. Dedicou-se também à produção de adubos fosfatados à base de farinha de ossos. Ao mesmo tempo, por solicitação da União dos Criadores do Rio Grande do Sul, desenvolveu um anteprojeto para o desaguadouro do excesso de águas da lagoa Mirim, cujas variações de nível vinham prejudicando a região da baixada do estado.

Em 1911 voltou a candidatar-se à Câmara dos Deputados e obteve uma suplência na bancada de seu estado. Em março do ano seguinte sua esposa faleceu, deixando-o com seis filhos. Com a abertura de uma vaga na Câmara devido à renúncia do deputado Otávio Francisco da Rocha, que fora convidado para a Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, tornou a ocupar uma cadeira de deputado federal em julho de 1913, com mandato até dezembro de 1914. Reeleito para a legislatura 1915-1917, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) preocupou-se em atenuar a crise de importação e exportação, sugerindo o cultivo de diversos produtos agrícolas escassos no país. Foi nessa ocasião que ingressou na Sociedade Nacional de Agricultura (SNA).

Em maio de 1915, contraiu segundas núpcias com Serafina Vieira de Castro, viúva, com quem não teve filhos.

NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Ainda uma vez reeleito em 1918, quando Epitácio Pessoa assumiu a presidência da República, em 28 de julho de 1919, Ildefonso Simões Lopes foi nomeado ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, deixando assim a Câmara dos Deputados.

Durante sua gestão, procurou desenvolver especialmente uma política de apoio ao ensino voltado para a agricultura e a pecuária. Criou e reestruturou várias escolas, entre elas a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária e o Instituto de Química Industrial. Para a formação de técnicos, criou cursos complementares anexos aos postos zootécnicos

de Pinheiro e de Santa Mônica, federalizou a Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Brás, todos no Rio de Janeiro, e reconheceu como de utilidade pública a Escola de Agricultura e Pecuária de Passa Quatro (MG). Incentivou ainda a difusão do ensino de química agrícola, reformulou a Escola de Minas de Ouro Preto, promoveu o reconhecimento dos diplomas de agricultura e medicina veterinária e fundou cursos de agricultura prática.

Em relação à estrutura administrativa do ministério, empreendeu a reformulação dos órgãos existentes e a criação de novos, como os serviços do Algodão, de Sementeiras, de Expurgo e Beneficiamento de Cereais, de Estatística Agrícola e Avaliação da Safra, e de Crédito Rural. Ainda no sentido de introduzir novas técnicas na agricultura nacional, promoveu a criação do Instituto Biológico de Defesa Agrícola (1920).

Sua administração favoreceu particularmente a pecuária, através do desenvolvimento da zootecnia e da veterinária, bem como da fiscalização dos produtos agropecuários. Incentivou a experimentação agrícola, especialmente para o cultivo do trigo. Criou uma estação experimental de combustível e minério, com longa atuação no campo da energia. Empreendeu também estudos para a exploração e o emprego do carvão nacional, para a produção de cimento e para o início da prospecção do petróleo no país.

Em 1921, surgiu no cenário nacional a candidatura de Artur Bernardes à presidência da República, apoiada pelo governo federal. Ao mesmo tempo, Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul e chefe do PRR, ao qual Simões Lopes era filiado, apresentou a candidatura de Nilo Peçanha. Ante a divergência entre seu partido e o governo, Simões Lopes apresentou seu pedido de demissão da pasta da Agricultura, inicialmente recusado por Eptácio Pessoa. Em maio de 1922, contudo, diante do aprofundamento da divergência entre o governo e seu partido, teve o pedido aceito e no dia 24 entregou o cargo ao engenheiro José Pires do Rio. Em seguida à sua exoneração, foi convidado por Eptácio Pessoa para inspecionar as obras contra as secas em companhia do general Cândido Rondon. A esse respeito, apresentou dois relatórios sobre obras portuárias e de açudagem que causaram bastante polêmica na época.

Com a abertura de uma vaga na bancada gaúcha, foi mais uma vez eleito deputado federal, e em dezembro de 1922 ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados com mandato até dezembro de 1923. No início desse ano, eclodiu no Rio Grande do Sul um conflito armado

entre federalistas, chefiados por Joaquim Francisco de Assis Brasil, e republicanos, chefiados por Borges de Medeiros, em protesto contra a eleição deste último para o quinto mandato como presidente do estado. Durante a fase de negociações que antecedeu o fim da crise com a assinatura do Pacto de Pedras Altas (dezembro de 1923), o nome de Simões Lopes chegou a ser cogitado para a presidência estadual; embora essa fosse uma solução do agrado de alguns republicanos, o pacto foi assinado em outros termos, determinando apenas que Borges de Medeiros não mais poderia ser reeleito.

Em 1924 e 1927, Simões Lopes foi novamente eleito deputado federal. Em 1926, presidiu uma comissão mista do Congresso sobre a questão do petróleo e apresentou um longo parecer sobre a exploração petrolífera no Brasil. Em seguida apresentou-se, juntamente com a comissão, ao presidente da República Washington Luís (1926-1930), pedindo-lhe apoio para o projeto de que fora relator e solicitando-lhe verbas para a aquisição de sondas e para o custeio dos demais serviços necessários à prospecção de petróleo. Também em 1926 foi eleito presidente da SNA, e em 1928 promoveu a fundação da Confederação Rural Brasileira, destinada a congregar as federações e associações regionais de todo o país.

NA CAMPANHA DA ALIANÇA LIBERAL

O ano de 1929 marcou o início da disputa pela sucessão de Washington Luís. Simões Lopes estava entre os políticos que discordavam da candidatura de Júlio Prestes, indicada pelo governo federal, e participou das primeiras movimentações oposicionistas. No início de agosto, realizou-se no Distrito Federal a primeira reunião dos parlamentares da oposição, a fim de articular a Aliança Liberal e a campanha em prol de uma candidatura alternativa. Nessa reunião ficou constituída uma comissão executiva para dirigir a campanha, e dela fez parte Ildefonso Simões Lopes, como vice-presidente, tendo a seu lado os mineiros Afonso Pena Júnior (presidente) e Odilon Braga (secretário-geral). Dias mais tarde, a comissão divulgou um manifesto redigido pelo gaúcho Lindolfo Collor, em que era lançada oficialmente a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa.

No dia 20 de setembro, Simões Lopes abriu a sessão inaugural da Convenção Liberal, realizada no Rio de Janeiro, na qualidade de presidente substituto da comissão executiva da Aliança Liberal. No início de novembro, viajou para Belo Horizonte em companhia de João Neves da Fontoura (líder da bancada gaúcha na Câmara) e de Lindolfo Collor, a fim de

discutir com os líderes mineiros as consequências do rompimento de Fernando de Melo Viana (então vice-presidente da República) como o Partido Republicano Mineiro e, conseqüentemente, com a Aliança Liberal. Retornando ao Rio de Janeiro, os três gaúchos mostraram-se decididos a dar novo impulso à campanha. Diante disso, a maioria governista decidiu não dar quórum às sessões da Câmara, impedindo assim que os deputados oposicionistas se manifestassem. Em resposta a essa decisão, os integrantes da Aliança Liberal resolveram promover comícios públicos nas escadarias do palácio Tiradentes, sede da Câmara dos Deputados.

Ingressando no palácio de volta de um desses comícios, no dia 26 de dezembro, Simões Lopes foi violentamente interpelado pelo deputado pernambucano Manuel Francisco de Sousa Filho. Luís Simões Lopes, filho Ildefonso, vendo-o ameaçado pelo punhal do deputado pernambucano, interveio em sua defesa, agredindo Sousa Filho que, em reação, o atacou com a arma que brandia. Ildefonso sacou então seu revólver e desferiu dois tiros no deputado pernambucano, matando-o instantaneamente. Pai e filho foram presos ainda no palácio Tiradentes, sendo em seguida conduzidos à chefatura de polícia. Somente em agosto de 1930 foram absolvidos por unanimidade, tendo o tribunal considerado que agiram em legítima defesa. A sentença foi posteriormente confirmada pela 1ª Câmara da Corte de Apelação do Distrito Federal.

Com a derrota da Aliança Liberal nas eleições de março de 1930, tiveram início as articulações para preparar a revolta armada em vários pontos do país. Deflagrado o movimento no dia 3 de outubro, Ildefonso Simões Lopes integrou o estado-maior civil que partiu no dia 12 de Porto Alegre para o Paraná, com destino à capital federal, em companhia do chefe revolucionário Getúlio Vargas. Em 23 de novembro, após a consolidação da vitória da revolução, foi designado diretor do Banco do Brasil, cargo em que permaneceria até 1943.

Em fevereiro de 1931, licenciou-se por tempo indeterminado da presidência da SNA. Entretanto, suas preocupações continuaram voltadas para o setor agrícola. Nesse sentido, manifestou-se, em trabalho escrito, contrário à queima do café. Após realizar estudos técnicos sobre o assunto, defendeu o aproveitamento dos subprodutos do café e a possibilidade de utilizar-se o gás extraído dos grãos para a iluminação pública. Demonstrou essa possibilidade nas cidades de Santos (SP) e Niterói, sendo que a capital fluminense

chegou a ser iluminada por esse processo durante 60 dias.

Apresentou também ao presidente Vargas uma série de estudos sobre o aproveitamento do rio Paraíba para o abastecimento do Rio de Janeiro, defendendo a utilização de seu potencial hidrelétrico para permitir a eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil, e elaborando um plano de irrigação e drenagem da Baixada Fluminense. Fez ainda uma série de conferências sobre a questão do petróleo.

Ildefonso Simões Lopes morreu no Rio de Janeiro no dia 4 de dezembro de 1943.

Seu filho Luís Simões Lopes foi organizador e primeiro presidente (1938-1945) do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), fundador e presidente da Fundação Getúlio Vargas (1944-1993) e presidente da SNA (1960-1979). Outro filho, Ildefonso Simões Lopes Filho, publicou *Defendendo meu pai* (1935).

Deixou publicada uma série de conferências e projetos. O arquivo de Ildefonso Simões Lopes encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

Regina da Luz Moreira

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (2); ALMEIDA, A. *Dicionário*; ALMEIDA, A. *Vultos*; BELEZA, N. *Evolução*; CARNEIRO, G. *História*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Encic. Mirador*; FONTOURA, J. *Memórias*; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos* (1945); *Jornal do Comércio*, Rio (5/12/1943); LIMA, J. *Como*; MACEDO, R. *Efemérides*; MELO, L. *Subsídios*; POLIANO, L. *Sociedade*.